



» Entrevista | ERIKA KOKAY | PRÉ-CANDIDATA DO PT-DF AO SENADO

Ao *CB.Poder*, a parlamentar defendeu a autonomia dos ministros do STF e a união entre os partidos progressistas na disputa ao GDF. “Vamos insistir até o último momento para termos Cappelli e Grass juntos numa chapa majoritária”

Davi Pereira/CB/D.A. Press



“Defesa do Supremo é nossa prioridade”

» LUIZ FELLIPE ALVES

A candidata ao Senado pelo Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal (PT-DF), Erika Kokay, comentou, ontem, sobre a disputa para as eleições deste

ano. Em entrevista ao *CB.Poder* — programa do *Correio Braziliense* em parceria com a *TV Brasília* —, ela afirmou que “os políticos que pensam em entrar no Senado para pedir

o impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) querem impedir a punição aos golpistas do país”. As jornalistas Ana Maria Campos e Mila Ferreira, Erika ressaltou

a importância de aprofundar as investigações sobre o Banco de Brasília (BRB) e definiu a saúde como uma das principais prioridades para a população.

Caso seja eleita, qual será o seu papel na discussão de pré-candidatos, sobretudo de direita, que querem abrir processos de impeachment contra ministros do STF?

Essas pessoas que querem confrontar o Supremo querem confrontar a responsabilização dos golpistas no nosso país. Elas querem, em verdade, impedir que os golpistas ou os que atentaram contra a democracia sejam punidos, o que é absolutamente inadmissível. Eles tentaram aprovar uma PEC, que a gente chama de PEC da bandidagem, olha a ousadia, para que as ações do Supremo no resgate ou na defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito não possam ser implementadas. Então, a grande discussão que eles fazem é essa, para dar o perdão também ao ex-presidente Jair Bolsonaro por todos os crimes que ele cometeu. Assim como querem impedir a governabilidade do governo Lula, porque há um parte golpista que vai se expressando permanentemente no Parlamento e, ao mesmo tempo, querem ter o poder sobre o Supremo. Por isso, temos que defender o STF para garantir a democracia.

Qual é a sua avaliação sobre o PL da misoginia. A senhora acha que a aprovação vai acontecer apenas depois das eleições?

Queremos aprovar o mais rápido possível esse projeto de lei. Temos uma postura que acredita que a misoginia acontece de forma isolada, mas ela acontece em um processo de retroalimentação, em conjunto com outras discriminações. Uma sociedade sexista e misógina tende a ser LGBTfóbica e capacitista, por exemplo. O que iremos enfrentar, agora, é se o Parlamento vai definir se misoginia é um crime que subalterniza as mulheres ou se vai classificar que é uma opinião. O governo

Lula fez um decreto que estabeleceu um enfrentamento à violência de gênero digital, responsabilizando, inclusive, as plataformas digitais. O outro lado entrou para poder impedir esse decreto. Então, é como se eles estivessem aplaudindo a própria misoginia.

Temos muitas violências de gênero e estamos trabalhando para avançar em legislações contra a violência política de gênero que sofremos no Parlamento de forma muito cotidiana, contra a violência obstétrica, contra a violência institucional de gênero e as diversas outras formas que foram naturalizadas. É preciso enfrentar isso e levar essa discussão para as escolas. É mais do que necessário construir uma sociedade onde as pessoas tenham interesse na sua própria humanidade.

A federação formada pelo PT-DF para estas eleições conta com o Partido Verde (PV) e com o PCdoB. Comente sobre essa união entre os partidos.

É muito bom que a gente possa se unificar nestas eleições. Mas também é importante que a gente se unifique fora delas para fazer uma grande construção e desenvolver o Distrito Federal para a própria população e para continuar reconstruindo o Brasil.

Nesta eleição, a população vai votar em dois candidatos ao Senado. A senhora está fazendo uma dobradinha com a senadora Leila Barros (PDT). Há chances de o partido se unir em uma coligação?

Esperamos que isso aconteça, queremos ampliar ao máximo essa coligação para o processo eleitoral. Eu acho que o PDT será muito importante e que venha conosco para podermos continuar trabalhando com a senadora Leila.



Essas pessoas que querem confrontar o Supremo querem confrontar a responsabilização dos golpistas no nosso país. Elas querem, em verdade, impedir que os golpistas ou os que atentaram contra a democracia sejam punidos, o que é absolutamente inadmissível. Eles querem ter o poder sobre o Supremo e temos que defender o STF para garantir a democracia”

A senhora acredita em uma união do campo progressista em uma chapa majoritária para o GDF, com o Ricardo Cappelli (PSB) e o Grass juntos?

É nisso que estamos trabalhando. Vamos insistir até o último momento para que tenhamos a unidade das duas candidaturas. A cidade exige isso de nós: a unidade nesse campo democrático popular para que possamos, enfim, fazer com o que o DF vivencie a sua própria grandeza e saia da maior crise da nossa história.

Sobre o BRB, qual é a sua avaliação? Com sua experiência e atuação como presidente do Sindicato dos Bancários, o que deve ser feito?

O que aconteceu com o Banco Master, envolvendo o BRB, é absolutamente inadmissível. O Banco de Brasília é uma vítima, assim como o povo do DF, que são vítimas desse processo que não se justifica, a não ser por um grande esquema de corrupção. O BRB é fundamental para a cidade. É o maior articulador de várias políticas sociais. De início, precisamos recuperar o que foi roubado do povo do DF. Também precisamos rastrear o caminho do dinheiro. É mais do que necessária uma investigação nessa perspectiva. Segundo, temos que provocar a indisponibilidade dos bens para que os recursos sejam devolvidos. E o terceiro passo é estabelecer qualquer acordo de delação e de leniência para que possamos viabilizar a priorização da devolução desse recurso.

Quais outras medidas podem ser tomadas para recuperar a saúde financeira do DF?

Acredito que seja necessário um processo de revisão da política de renúncia fiscal. Em 2019, tínhamos um valor em torno de R\$ 1,9 bilhão. Atualmente, esse processo está muito superior a R\$ 10 bilhões. Não

digo em eliminar o processo de renúncia fiscal, mas é preciso analisar caso a caso, ver os prazos e, inclusive, analisar se essa isenção ou a renúncia se justifica. Não podemos ter uma política que teve um salto tão grande nesse espaço de tempo. É fundamental que revisemos essas condições que estão postas pelo Governo do Distrito Federal. E, claro, deve haver muita transparência em todo o processo.

Como a senhora avalia a questão da Saúde no DF?

Acredito que o caminho é ter uma gestão única, e não terceirizada por meio do IgesDF (Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal), como é atualmente. Temos recursos do Fundo Constitucional para manter a gestão na saúde. Inclusive, a revisão dos recursos do Fundo Constitucional é muito importante, porque significa defender a saúde também. A população está nominando a saúde como um dos grandes problemas do DF, e ela tem razão. Não tem sentido o DF ser o lugar onde mais se espera por uma consulta com um especialista do Brasil, ou onde mais se espera para ter acesso a um exame. Não faz sentido as pessoas terem a perspectiva de um diagnóstico de câncer e você não ter a celeridade para realizar uma biópsia, para que possa começar o tratamento. A saúde passa por um problema muito grave e isso precisa ser prioridade.



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista